



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO A USUÁRIOS INTERNOS E EXTERNOS DO TRT24, COM SERVIÇOS PRESTADOS DE FORMA REMOTA E PRESENCIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO ÓRGÃO, AMBOS COM ACORDOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO E EM CONFORMIDADE COM AS PRÁTICAS ESTABELECIDAS PELO MODELO ITIL (*INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY*) QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA _____

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo ALENCAR MINORU IZUMI, portador do Registro Geral CPF nº 366.038.721-53, nomeado pela Portaria TRT/GP/DG nº 269/2024, a quem foi conferido poderes de representação consoante Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na _____, em _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta do Processo e Pregão Eletrônico acima identificados, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços continuados especializados em Tecnologia da Informação para a execução do Serviço de Suporte Técnico a usuários internos e externos do TRT24, com serviços prestados de forma remota e presencial nas dependências do órgão, com acordos de níveis de serviço e em conformidade com as práticas estabelecidas pelo modelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), nos termos da Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.2. As especificações do objeto e os locais de prestação dos serviços estão especificados no Anexo I – Especificação do objeto, do Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

- 1.3. Os serviços serão prestados conforme disposições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar.
- 1.4. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

CLÁUSULA 2ª – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 2.1. Os serviços de TIC a serem contratados, com quantitativos e requisitos definidos no item no Anexo I do Termo de Referência – Especificação do objeto, estão resumidos na tabela a seguir:

Item	Descrição	Qtde	Local
Serviços remotos			
1	Serviço de Suporte Técnico Remoto de 1º Nível	ver subitem 2.3	Remoto
Serviços presenciais (com dedicação exclusiva de mão de obra)			
2	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível - Supervisor	1	Sede do TRT24
3	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível – Técnico	3	Sede do TRT24
4	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível - Técnico	2	Foro Trabalhista de Campo Grande
5	Serviço de Alimentação, Expansão e Atualização das Bases de Conhecimento	1	Sede do TRT24
6	Serviço de Logística e Inventário de Materiais de TI	1	Sede do TRT24
7	Serviço de Suporte e Operação de Infraestrutura para Sistemas Administrativos	1	Sede do TRT24

- 2.2. Atuarão em dedicação exclusiva de mão de obra somente os serviços constantes dos itens 2 a 7.
- 2.3. Com o objetivo exclusivo de determinar os valores máximos a serem pagos pelos serviços, foi estimado o quantitativo de 4 (quatro) profissionais para a execução das atividades descritas no item 1. Essa estimativa seguiu a metodologia estabelecida pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, considerando o histórico de demandas de chamados.

CLÁUSULA 3ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Este contrato dar-se-á de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global, para um único grupo e o prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.

3.3. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

3.3.1. na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

3.3.2. na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.

3.4. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.5. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

3.6. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.

3.7. A vantagem econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

- 3.7.1. quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;
- 3.7.2. quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).
- 3.8. Nas eventuais prorrogações os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período da contratação deverão obrigatoriamente ser eliminados como condição para renovação.
 - 3.8.1. Os custos não renováveis estão especificados no Anexo X – Planilha de custos e formação de preços constante do Termo de Referência.
- 3.9. É condição para a caracterização da execução completa do contrato a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS referente à mão de obra utilizada.
 - 3.9.1. A regularidade das obrigações trabalhistas mensais e referentes a todo o período contratual podem ser revistas a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA prestar as informações e fornecer todos os documentos solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 3.10. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos contratuais e legais decorrentes desta contratação, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA 4ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO

- 4.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:
 - 4.1.1. Subcontratação (item 5.12 do Termo de Referência);
 - 4.1.2. Sustentabilidade socioambiental (item 6 do Termo de Referência);
 - 4.1.3. Modelo de execução do objeto (item 9 do Termo de Referência);
 - 4.1.4. Requisitos da contratação (item 10 do Termo de Referência);
 - 4.1.5. Garantia da contratação (item 11 do Termo de Referência);
 - 4.1.6. Deveres do CONTRATANTE (item 13 do Termo de Referência);
 - 4.1.7. Deveres da CONTRATADA (item 14 do Termo de Referência);
 - 4.1.8. Vedações à CONTRATADA (item 15 do Termo de Referência);
 - 4.1.9. Modelo de Gestão do Contrato (item 16 do Termo de Referência);



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

- 4.1.10. Recebimento (item 17 do Termo de Referência);
- 4.1.11. Liquidação (item 18 do Termo de Referência);
- 4.1.12. Critérios de medição e de pagamento (item 19 do Termo de Referência);
- 4.1.13. Atualização financeira (item 20 do Termo de Referência);
- 4.1.14. Reajuste dos preços (item 21 do Termo de Referência);
- 4.1.15. Repactuação do contrato (item 22 do Termo de Referência);
- 4.1.16. Reequilíbrio econômico-financeiro (item 23 do Termo de Referência);
- 4.1.17. Conta depósito-vinculada (item 24 do Termo de Referência);
- 4.1.18. Penalidades (item 25 do Termo de Referência);
- 4.1.19. Defesas e recursos (item 26 do Termo de Referência);
- 4.1.20. Aumentos e reduções (item 27 do Termo de Referência)

CLÁUSULA 5ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão a conta do orçamento do CONTRATANTE, sob classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054, categoria econômica nº 3 (serviços e Materiais de Consumo Diversos), **item SIGEO-JT 151252025000041 – 20240401 – Contratar Serviço de Atendimento para Central de Serviços – 2024/2025**, conforme classificação abaixo:

PTRES: ____

Elemento de Despesa: ____

Nota de empenho: 202__NE__

- 5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

CLÁUSULA 6ª – DO VALOR

6.1. O valor mensal estimado é de R\$ ____ (____), totalizando o valor global estimado da contratação, para o período de 60 (sessenta) meses, de R\$ ____ (____), observando-se os preços unitários e total pormenorizados na tabela a seguir:

Grupo	Item	Descrição	Qtde. profissionais	Preço mensal
1	SERVIÇOS REMOTOS			
	1	Serviço de Suporte Técnico Remoto de 1º Nível	-	R\$ ____
	TOTAL DE SERVIÇOS REMOTOS			R\$ ____
	SERVIÇOS PRESENCIAIS			
	2	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível – supervisor	1	R\$ ____
	3	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível – técnicos (Sede do TRT24)	3	R\$ ____
	4	Serviço de Suporte Técnico Presencial de 2º Nível – técnicos (Foro Trabalhista de CG)	2	R\$ ____
	5	Serviço de Alimentação, Expansão e Atualização das Bases de Conhecimento	1	R\$ ____
	6	Serviço de Logística e Inventário de Materiais de TI	1	R\$ ____
	7	Serviço de Suporte e Operação de Infraestrutura para Sistemas Administrativos	1	R\$ ____
	TOTAL DE SERVIÇOS PRESENCIAIS			R\$ ____
	Valor Mensal estimado de diárias			R\$ ____
	Valor Total mensal estimado (serviços remotos e presencias e diárias)			R\$ ____
	Valor Total Global estimado 60 (sessenta) meses			R\$ ____

6.1.1. Para o item 1, não foi definido quantitativo de profissionais, por não ser exigido mão de obra com dedicação exclusiva.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 8.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 11 – DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta Contratação implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, ____ de ____ de 2025.

(documento assinado digitalmente)

ALENCAR MINORU IZUMI

CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)

XXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)

XXX

**Secretária de Tecnologia da Informações e
Comunicações**

(documento assinado digitalmente)

XXXX

____ Judiciário

ANEXOS - TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO I



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

ANEXO XIII

Declaração relativa à Resolução nº 351/2020 CNJ e Resolução Administrativa nº 68/2024 – TRT24

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que está ciente dos termos constantes na Resolução nº 351/2020 – CNJ, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e na Resolução Administrativa nº 68/2024 – TRT24, que instituiu a Nova Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

(Cidade – UF), ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO XVI

**DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.757/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2025

Contrato nº ____/2025

MINUTA

nº_____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº_____, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº_____, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

_____(Cidade – UF)_____, ____ de _____ de 20____.

(Representante legal da empresa)